

Projetos Professores

2019

1) COLETIVO ROSA PARKS: ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE RAÇA, ETNIA, GÊNERO, SEXUALIDADE E INTERSECCIONALIDADES.

Professoras: Prof^a Dr^a Luciana de Oliveira Dias; Prof^a Dr^a Michele Cunha Franco

Resumo: O "Coletivo Rosa Parks: Estudos e Pesquisas sobre Raça, Etnia, Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades" é um projeto "guarda-chuva" que reúne pessoas interessadas em estudar, pesquisar, analisar e propor soluções para a superação de situações de preconceitos, intolerâncias e discriminações baseadas em raça, etnia, gênero e sexualidade. A pretensão com o desenvolvimento do projeto é atravessar fronteiras teóricas, com atenção especial à interdependência entre racismo e machismo, além de problematizar as formas de produção e reprodução das interações sociais hierarquizantes e opressoras. Essas pretensões tem sido alcançadas por meio da aplicação de metodologias qualitativas e/ou quantitativas dentro de uma grande área das ciências humanas e em perspectiva interdisciplinar. O interesse é favorecer diálogos sensíveis à necessidade de atuar de maneira engajada, já que a emancipação não se sustenta somente em uma abstração conceitual, contra todas as formas de preconceito, discriminação, opressão ou violação de direitos humanos. Contextos dialógicos tem subsidiado o fortalecimento de ações de ensino e extensão com enfoque no feminismo negro e tem auxiliado também na elaboração de relatórios monográficos e dissertativos de pesquisa, ensino e extensão. Esses produtos tem colaborado com o avanço do conhecimento nos níveis de graduação, especialmente no âmbito da iniciação científica e pós-graduação, particularmente nos níveis de mestrado e doutorado e, concomitantemente, tem colaborado também com ativismos militantes que ultrapassam os limites da comunidade acadêmica.

Objetivo Geral: A execução deste projeto deverá permitir compreender/explicar, investigar e analisar as interseccionalidades decorrentes da aproximação entre raça, etnia, gênero e sexualidade. O enfoque na teoria e nas vivências marcadas por relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade, dentre outras categorias que poderão ser acessadas, busca o desenvolvimento de um pensamento crítico, em perspectiva

decolonial, que seja capaz de deslocar percepções assentadas sobre preconceitos e intencionalidades socialmente fóbicas.

Objetivos Específicos:

1. Reexaminar toda uma produção bibliográfica especializada em questões de raça, etnia, gênero e sexualidade, analisando as interseccionalidades dessas categorias em uma perspectiva decolonial;
2. Pesquisar e analisar a diversidade de pertencimentos, enfocando a especificidade de ser mulher negra ou mulher indígena, e realizando reflexões sobre situações de observância/violação de direitos humanos;
3. Explorar e identificar as relações entre teoria e prática (pertencimentos, identidades, movimentos sociais) que indiquem uma *praxis* do feminismo negro e/ou indígena;
4. Analisar as intersecções entre raça, etnia, gênero e sexualidade, combinado-as com categorias tais quais direitos humanos, corporalidade, língua e região, a partir das subjetivações que conformam as identidades.

Bibliografia Principal:

1. BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.;
2. COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v.31, n.1, p.99-127, jan/abr 2016.;
3. DAVIS, Angela Yvonne. *Women, race and class*. New York: Random House, 1981.;
4. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.;
5. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.;
6. LANDER, Edgardo (org). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires – Argentina: CLACSO, 2005.;
7. MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.;
8. SEGATO, Rita Laura. *La Guerra Contra las Mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.;
9. SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. / Tomaz Tadeu da Silva (org); Stuart Hall; Kathryn Woodward. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.;

10.SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

2) CIDADES FANTASMAS: DISCUSSÕES SOBRE A REALIDADE DAS CIDADES DE MINERAÇÃO APÓS O ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES MINERÁRIAS

Professoras: Prof^ª Dr^ª Luciana Gonçalves Tibiriçá, Prof^ª Dr^ª Vilma de Fátima Machado

Resumo: O Estado de Goiás é o terceiro Estado com maior faturamento em mineração do Brasil e essa atividade estende-se sobre diferentes tipos de recursos minerais. A gestão dos recursos advindos da mineração envolve questões complexas como gestão de royalties pelo gestor municipal, acompanhamento dos mesmos pela população, crescimento desordenado das cidades, geração de emprego e distribuição de renda. A relação tripartite entre empresa-governo-comunidade pode ser considerada incompleta, ao considerar-se as queixas das ausências da empresa em relação à comunidade e também devido ao fato da relação governo municipal-empresa ser baseada em uma demanda assistencialista. Em diversos casos, com a interrupção das atividades de extração mineral trazem problemas e por vezes caos aos municípios e levam à hipótese de que a gestão municipal não se atenta efetivamente à necessidade de preocupar e se preparar para o encerramento das atividades das empresas de mineração, posto que se trata de um bem não renovável e, em consequência, finito. O presente projeto, valendo-se do ocorrido recentemente nos municípios de Niquelândia e Minaçu, localizados no Estado de Goiás, propõe-se a investigar critérios e condições de desenvolvimento sustentável para, em seguida, analisar os aspectos de gestão dos recursos advindos da mineração e as formas possíveis de se preparar para o encerramento das atividades. Será realizado a partir de dois eixos concomitantes e integrados, um de aspecto teórico marcado pela investigação da noção de desenvolvimento sustentável e outro pela realização de visitas aos municípios de interesse, para avaliação de seus aspectos atuais de desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural. Juntamente com a revisão bibliográfica e a pesquisa teórica serão confirmados os municípios participantes e planejada a etapa de visitas aos municípios. Em seguida, serão realizadas oficinas e workshops de capacitação visando a gestão de recursos e social, propiciando o pleno exercício da cidadania.

Objetivos da pesquisa:

- (1) investigar a noção de desenvolvimento sustentável, tendo em vista aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais;
- (2) acompanhar o desenvolvimento e/ou subdesenvolvimento econômico, social e cultural dos municípios onde as atividades minerárias se extinguíram recentemente a fim de compreender suas razões;
- (3) confrontar a situação destes municípios com a situação dos municípios estudados no projeto de pesquisa anterior buscando estabelecer relações de modo a perceber semelhanças e diferenças;
- (4) fomentar o diálogo entre pesquisadores, gestores públicos e sociedade civil organizada integrando os municípios em vista da elaboração de estratégias (inclusive cursos de capacitação e treinamentos) que evitem – ao fim da atividade minerária - o caos econômico e a evasão dos moradores.

Bibliografia Principal:

ALGRANATI, C.; TADDEI, E.; SEOANE, J. **Mineração transnacionais e resistências sociais na África e América Latina**. GEAL; IBASE, 2011.

CARPENTIER, S. – **Minaçu, a cidade que respira o amianto**. Revista Carta Capital. 21/05/2013. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/minacu-a-cidade-que-respira-o-amianto-8717.html>> Acesso em 05/04/2018.

DOUZINAS, C. **O Fim dos Direitos Humanos**. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

FEITOSA, M. L. **Entre o direito econômico do desenvolvimento e o direito humano ao desenvolvimento: reflexões a partir do Brasil**. In: BOURGORGUE-LARSEN, L.; MAUES, A.; MOJICA, B. (orgs). Rede Direitos Humanos e Ensino Superior: Direitos Humanos e Políticas Públicas. Rede de direitos humanos e educação Superior, 2014.

FERNANDES, F. R. C.; LIMA, M.H.M.R.; TEIXEIRA, N.da S. – **A Grande Mina de Ouro de Crixás em Goiás**. In: FRANCISCO REGO CHAVES FERNANDES, MARIA AMÉLIA RODRIGUES DA SILVA ENRÍQUEZ, RENATA DE CARVALHO JIMENEZ ALAMINO (Eds.) - Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. 113-134pp.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Sustentabilidade, regionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2015.

MORAIS, W. – **Sem amianto, Minaçu pode parar**. O Hoje. 18/12/2017. Disponível em <<http://ohoje.com/noticia/cidades/n/142080/t/sem-amianto-minacu-pode-parar>> Acesso em 05/04/2018.

NAVES, B. T. O.; FERNANDES, F. R. **Mineração e saúde socioambiental: o desafio ético contemporâneo entre o risco e a sustentabilidade.** Revista Direito Ambiental e Sociedade, v. 5, n. 1, p. 106-128, 2015

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

RIBEIRO, K. - **Um ano depois, Niquelândia sofre com o fim da mineração.** Jornal O Popular. 04/03/2017. Disponível

em <<https://www.opopular.com.br/editorias/cidades/um-ano-depois-niquel%C3%A2ndia-sofre-com-o-fim-da-minera%C3%A7%C3%A3o-1.1235422>>

Acesso em 05/04/2018

STRAUCH, J.C.M.; SOUZA, [K.V.de](#); TEIXEIRA, M.de P.; AJARA, C.; CARDOSO, C. – **Grandes mineradoras e a comunidade em Niquelândia, Goiás.** In: FRANCISCO REGO CHAVES FERNANDES, MARIA AMÉLIA RODRIGUES DA SILVA ENRÍQUEZ, RENATA DE CARVALHO JIMENEZ ALAMINO (Eds.) - Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. 135-161pp.

3) CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA

Professor: Prof. Dr. Carlos Ugo Santander

Resumo: A pesquisa procura analisar o processo de construção da cidadania e a ampliação dos direitos humanos a partir da compreensão do contexto sócio-político e econômico latino-americano.

Objetivos:

Se procura desenvolver estudos desde uma perspectiva comparada que contribuam a reconhecer os diversos atores num contexto de articulações, tensões, avanços e restrições na superação da pobreza e a desigualdade, o desenvolvimento econômico e de deficit democrático.

Bibliografia Principal:

- LARRAÍN, Jorge. *Modernidad, razón e identidad en América Latina.* Editorial Andrés Bello, 1996.
- CARMAGNANI, Marcello. *Estado y sociedad en América Latina, 1850-1930.* Barcelona. Espanha. Editorial Crítica. 1984.

- CLAVERO, Bartolomé (1994): “*Derecho Indígena y cultura constitucional em América*” Siglo XXI Editores. Madrid.
- PINSKY, Jaime e BASSANEZI Carla *Historia da Cidadania*. Editora Contexto. 2003.
- BETHELL, Leslie. *Historia da America Latina*. America Latina apos 1930- Estado e Política. EDUSP 2010
- PNUD (2004): “*A Democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos*”. Santana de Parnaíba, São Paulo. LM&X, 2004.
- MOISES, José Alvaro. *Os Brasileiros e a Democracia. Bases sociopolíticas da legitimidade democrática*. Atica. 1995
- MORLINO, Leonardo. (2014). *La Calidad de las democracias en América Latina*. San José: IDEA Internacional.
- MORLINO, Leonardo, PACHANO, Simón y TOVAR, Jesús. (2017) *Calidad de la Democracia en América Latina*. Curitiba. CRV.

4) LIMITES FISCAIS À EFETIVIDADE DO PROCESSO DEMOCRÁTICO NOS ESTADOS CONTEMPORÂNEOS: TENDÊNCIAS, IMPASSES E ALTERNATIVAS.

Professores: Prof. Dr. Francisco Mata Machado Tavares, Prof. Dr. Saulo Pinto Coelho

Resumo: A pesquisa proposta neste projeto parte do conceito de Estado Tributário - formulado por Schumpeter – e chega ao conceito de Estado-Débito - de autoria de Wolfgang Streeck - para entender as transformações sofridas pela política e pela democracia no Século XXI. Adota-se a premissa teórica de que a fiscalidade e a tributação possuem central relevância, causal e sintomática, para a política democrática. Transformações nas relações de arrecadação tributária e na dinâmica das finanças públicas acarretam, portanto, monumentais impactos sobre o consenso procedimental-democrático construído por teóricos políticos ao longo do Século XX. Elementos como competições tributárias, crescente endividamento público, redução de gastos públicos discricionários e delegação da gestão estatal para agências autônomas sugerem a emergência de um contexto definido por Colin Crouch como “pós-democracia”. As principais consequências políticas desse quadro econômico se observam, como nota Donatella Della Porta, no aumento da apatia eleitoral e na erupção de ondas de protestos

globais. Pretende-se, assim, compreender-se a reconfiguração da teoria política, desde a *Public Choice* downsiana até a teoria crítica, com base nos desafios impostos por uma relação entre mercado capitalista e política democrática que já não encontra os termos estáveis ocorrentes no Norte Global na segunda metade do Século XX.

Objetivo Geral:

A pesquisa se propõe a entender os impactos, os impasses e os limites que a exaustão fiscal dos estados democráticos contemporâneos impõe sobre a política democrática e os respectivos processos decisórios.

Objetivos Específicos:

- i) Aferir a relação entre participação eleitoral, filiação partidária e crise fiscal do Estado capitalista;
- ii) Identificar as principais contribuições teóricas contemporâneas sobre as consequências políticas do esgotamento fiscal dos Estados Nacionais democráticos;
- iii) Propor conceitos e elementos de concatenação teórica entre as explicações estruturalistas e as leituras subjetivas, focadas na agência, para a crise dos regimes democráticos contemporâneos;
- iv) Entender os casos de países como Grécia, Brasil, Argentina e EUA, onde governos eleitos sob plataformas social-democráticas ou intervencionistas não implementaram os programas anunciados;
- v) Aferir a relação entre a onda global de protestos eclodida a partir de 2008 e a crise econômica em curso;
- vi) Resgatar, criticamente, as contribuições teóricas clássicas sobre a relação entre economia capitalista e política democrática, com ênfase nos trabalhos de Schumpeter, Kalecki, Offe e O'Connor.

Bibliografia Principal:

- BADIOU, A. *The Rebirth of History: times of riots and uprisings*. London: Verso, 2012.
- BROWN, W. *Undoing The Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Cambridge: MIT Press, 2015.
- CAMARGO, Guilherme Bueno de. A Guerra Fiscal e seus efeitos: autonomia X centralização. In: CONTI, José Maurício (org.). *Federalismo Fiscal*. Barueri: Manole, 2004. p. 191-222.
- ESPINGANDERSEN, Gösta. *Politics Against Markets: The Social Democratic Road to Power*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

FOMINAYA, C. Social Movements & Globalization: how protests, occupations and uprisings are changing the world. Nova Iorque: Pallgrave, 2014.

FRIEDMAN, Milton et. al. Economist Letter to the President George W. Bush. Washington D. C., 31 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.freedomandprosperity.org>.

GAIGNE, Carl & RIOU, Stephane. Globalization, Tax Competition and Fiscal Equalization, out., 2004. Disponível em: dossier.univstetienne.fr/creuset/www/pubwp/Riou_08102004.pdf. Acesso em: 20 de março de 2016.

HOLMES, Stephen & SUSTEIN, Cass R. The Cost of rights: Why liberty depends on taxes. New York: Norton, 1999.

IDEA - International Institute for Democracy and Electoral Assistance. Voter Turnout since 1945: a global report. Estocolmo: Idea, 2002.

KALECKI, M. Political Aspects of Full Employment. The Political Quarterly, v. 14, issue 4, outubro, 1943, p. 322-330.

O'CONNOR, James. Usa: A Crise do Estado Capitalista. Tradução de João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus & RONGE, Volker. Dominação de Classe e Sistema Político. Sobre a Seletividade das Instituições Políticas. In: OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 122139.

OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SCHUMPETER, Joseph A. The Crisis of The Tax State. In: SWEDBERG, Richard (org.) Joseph A. Schumpeter: The economics and sociology of capitalism. Princeton: Princeton University Press, 1991.

STREECK, Wolfgang. The crises of democratic capitalism. New Left Review, 71, 2011.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: Ciência e Política: duas vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 55124.

WOOD, Ellen Meiksins. Liberty and Property: a social history of western political thought from renaissance to enlightenment. Londres: Verso, 2012. p. 156.

5) BIOÉTICA, VULNERABILIDADE E DIREITO HUMANOS

Professores: Prof. Dr. Mauro Machado do Prado; Prof^ª Dr^ª Cerise de Castro Campos.

Resumo: Na Encyclopedia of Bioethics, edição de 1978, a Bioética aparece definida como “estudo sistemático da conduta humana no campo das ciências da vida e da saúde, enquanto essa conduta é examinada à luz dos valores e princípios morais”. Já em 1995, como “estudo sistemático das dimensões morais - incluindo visão, decisão, conduta e normas morais - das ciências da vida e do cuidado da saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas num contexto multidisciplinar” (REICH, 1995).

É a ética prática, aplicada às questões que dizem respeito ao nascimento, vida e morte com qualidade dos seres humanos e a relação das atitudes humanas diante da vida como um todo. Van Rensselaer POTTER apregoa que a Bioética deve ser pensada “... como uma nova ética científica que combina a humildade, responsabilidade e competência, numa perspectiva interdisciplinar e intercultural e que potencializa o sentido da humanidade” (POTTER, 1971; POTTER, 1988; PESSINI, 2002).

A Bioética é ética aplicada à qualidade de vida, que não se pauta em proibições, vetos, limitações, normatizações, nem mesmo em mandamentos. A Bioética atua positivamente, afirmativamente, tendo como essência o pluralismo moral, o respeito, a prudência, a tolerância, o diálogo e a liberdade, porém com compromisso e responsabilidade. Caracteriza-se por proceder a análise processual dos conflitos a partir de uma ética minimalista que possa proporcionar, na medida do possível, a mediação e a busca de solução pacífica para as divergências, com base no diálogo exaustivo e na tolerância às diferenças (GARRAFA, 1998). Marco Segre entende a Bioética “... como um conjunto organizado de reflexões construtivas, no qual cada pessoa toma posição quanto a situações conflituosas referentes à vida e saúde humanas” (SEGRE, 1999).

A Bioética tem características crítico-reflexivas, como análise e juízo de valores diante de novos e persistentes dilemas morais e conflitos éticos. Dentre outros temas, a pauta ética de hoje se ocupa de análises específicas nos direitos e garantias fundamentais, no acesso a bens, serviços e políticas públicas diversas, nas pesquisas com a participação de seres humanos e na prática médica, todos estes são campos em interface com os direitos humanos. O surgimento, difusão e consolidação da Bioética aparecem, desta maneira, ligados às conquistas referentes aos direitos humanos indisponíveis, historicamente violados, e também às questões morais decorrentes dos rápidos e constantes avanços científicos e tecnológicos, representando cada vez mais poder de

interferência do humano diante da vida, neste contexto inseridas as pesquisas diversas, envolvendo ou não a participação de animais e homens.

A preocupação mundial com a retomada da reflexão ética tem como um de seus principais focos de atenção a situação de vulnerabilidade em que determinadas pessoas se encontram e, portanto, a evidente necessidade de serem respeitados seus direitos e protegidas sua liberdade e dignidade. A Bioética, como disciplina acadêmica, surgiu no mundo ocidental na década de 70. No Brasil, apareceu timidamente nos anos 80, vindo a se consolidar nos anos 90, com a formação de grupos associativos diversos (centros, núcleos, sociedades, comitês de ética ou Bioética, grupos de estudo), com a publicação dos primeiros periódicos especializados ou com grande espaço reservado para a área de estudo em Bioética, e, sem dúvida, com as mudanças trazidas pela nova mentalidade de análise ética em pesquisa desenvolvida no país, em razão da implementação do Sistema CONEP/CEPs e da observação das diretrizes éticas nacionais para pesquisas com seres humanos (PRADO, 2002).

A Bioética gerou, em pouco tempo, amplo corpo de doutrina e assumiu o caráter de importante mecanismo de suporte para o debate e a proteção do humano em suas elaborações sociais, pautado na reflexão responsável para os desdobramentos surgidos a partir dos fatos que incomodam a sociedade há tempos e daqueles que emergem de avanços científicos e tecnológicos, com atenção aos valores sociais, essencialmente, de respeito ao pluralismo moral e às diferenças. A pauta bioética, segundo Hossne (1999), passou do nível micro (privado, individual) para o macro (público, coletivo), ganhando abrangência. A partir do final dos anos 80 e, principalmente, início dos anos 90, é crescente, no Brasil, a construção de redes de ações institucionais e pessoais que se ocupam da reflexão bioética, em sua extensa e diversificada pauta, na busca da compreensão e potencial mediação de conflitos de interesses do cotidiano e de situações novas (PRADO, 2002).

O desafio que agora se faz é a discussão e aprofundamento nas questões da Bioética e dos Direitos Humanos, como uma necessidade premente para todos os que lidam com os problemas que atingem a sociedade e cada ser humano em particular, haja vista a elaboração da Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos, documento oficial da UNESCO (PRADO, 2005; UNESCO, 2005). Pesquisadores, políticos, juristas e filósofos da atualidade têm se preocupado com o conflito gerado entre o acelerado progresso científico e tecnológico dos últimos anos e os direitos humanos. Nesse contexto, a ética tem seu lugar de importância, em especial, a ética prática ou aplicada,

representando ferramenta fundamental para a discussão e mediação de conflitos de interesses nos mais diversos campos.

A confirmação da importância da reflexão ética nos dias atuais se deu pela multiplicação de comitês/comissões de ética (continentais, nacionais, regionais e hospitalares) ocorrida nos últimos anos; pela criação de novas disciplinas nas instituições de ensino superior; pelas iniciativas interdisciplinares de estudos e formações; pela criação de periódicos especializados; pelo manifesto interesse de instituições públicas e privadas, religiosas ou laicas, para com a ética aplicada, mais especificamente para com a Bioética. Está posta hoje uma grande arena de discussões sobre temas persistentes e emergentes, cotidianos ou de fronteira, com relação aos antigos problemas e às novas situações e contextos nos campos da ciência, da tecnologia e seus desdobramentos sociais mediatos e imediatos, com ênfase na integração de diversas áreas do conhecimento, no sentido de despertar e aprimorar o debate ético. As questões da pauta do dia na agenda mundial compreendem temas de ordem científica, tecnológica, antropológica, sociológica, política, jurídica, biomédica e ambiental. Remetendo, pois, a uma abordagem que defenda o diálogo pautado na liberdade de discussão, racional e aberta, pugne pela proteção e respeito para com a vida, pelo convívio harmonioso das diferenças, componentes essenciais da liberdade, da democracia e dos direitos humanos.

Objetivos

1 - Geral

Este projeto de pesquisa tem como objetivo o aprofundamento da reflexão bioética em sua aproximação com o campo dos Direitos Humanos, a partir do estudo de conflitos persistentes e emergentes que envolvam a dignidade humana, as liberdades e as garantias fundamentais.

2 - Específicos:

- 2.1 - Identificar conflitos persistentes e conflitos emergentes na atualidade.
- 2.2 - Analisar e discutir conflitos persistentes e conflitos emergentes.
- 2.3 - Investigar o pensamento de estudiosos brasileiros e estrangeiros com relação à aproximação entre a Bioética e os referenciais do campo dos Direitos Humanos quando da análise de conflitos morais e dilemas éticos.
- 2.4 - Realizar estudo comparado em situações de vulnerabilidade humana e de violação à liberdade e à dignidade das pessoas nos diferentes contextos sociais e de garantias individuais.

Bibliografia Principal.

ANJOS, M.F. Bioética no Brasil: algumas notas. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, ano 24, v.24, n.5, p.419-23, set./out. 2000. Ver p.421.

CARVALHO, R.R.P.; ALBUQUERQUE, A. Desigualdade, bioética e Direitos Humanos. *Revista bioética*. v.23, v.2, p. 227-237. 2015.

GARRAFA, V. Bioética e ciência: até onde avançar sem agredir. In: COSTA, S.I.F.; GARRAFA, V.; OSELKA, G. (orgs.). *Iniciação à Bioética*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998. p.99-110.

GARRAFA, V. Radiografia bioética de um país - Brasil. *Acta Bioethica*, Santiago, año VI, n.1, p.171-75, 2000. Ver p.171.

GARRAFA, V.; PESSINI, L. Organizadores. *Bioética: poder e injustiça*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Bioética. Centro Universitário São Camilo. Edições Loyola, 2003. 522 p

HOSSNE, W.S. Nós e a Bioética. *Cadernos de Ética em Pesquisa*, Brasília, ano II, n.3, p.3, jul. 1999.

PESSINI, L. O desenvolvimento da bioética na América Latina - algumas considerações (parte II). *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v.19, n.3, p.116-19, abr. 1995. Ver p.118.

PESSINI, L. Um tributo a Potter: no nascedouro da bioética!. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, ano 26, v.26, n.1, p.188-90, jan./mar. 2002. Ver p.190.

PORTO, D.; GARRAFA, V.; MARTINS, G.Z.; BARBOSA, S.N. Organizadores. *Bioéticas, poderes e injustiças: 10 anos depois*. Brasília: CFM. Cátedra UNESCO de Bioética. Sociedade Brasileira de Bioética, 2012. 396 p

POTTER, V.R. *Bioethis: bridge to the future*. Englewood Cliffs, N.J.: PRENTICE-HALL, INC., 1971. 205 p

POTTER, V.R. *Global Bioethis: building on the Leopold Legacy*. East Lansing, Michigan: Michigan State University Press, 1988. 203 p

PRADO, M.M. *Panorama da Bioética no Brasil: um estudo sobre a reflexão bioética desenvolvida no país*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde. Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade de Brasília. 2002.

PRADO, M.M. *Esboço da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos – Comentários e tradução de documento oficial da UNESCO*. RBB. *Revista Brasileira de Bioética*, v.1, n.2, p 212-227. 2005.

REICH, W.T. Encyclopedia of Bioethics. Revised edition. New York: MacmillanPress, 1995. 1v.

SEGRE, M. Da mente e do coração. Boletim da Sociedade Brasileira de Bioética, ano I, n.1, p.1, jun. 1999.

SQUINCA, F.; GUILHEM, D.; SQUINCA, J.P. Análise das publicações sobre a ética na investigação científica em Scientific Electronic Library Online (SciELO). Rev. Latinoam. Bioet., v.15, n.2, ed. 29, p 156-161. 2015.

UNESCO. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Documento oficial adotado por aclamação em 19 de outubro de 2005, pela 33.^a Sessão da Conferência Geral da UNESCO. 2005.

6) FAMÍLIAS, MESTICAGENS E FORTUNAS EM GOIÁS – SÉCULOS XVIII-XIX

Professora: Prof^a Dr^a Maria Lemke

Resumo: Este projeto visa a contribuir com os debates relativos ao papel das famílias e das mestiçagens para formação de fortunas tendo como espaço de referência a inserção de Goiás no contexto colonial e imperial entre 1740-1850, com ênfase na comarca do sul, região da antiga capital, Vila Boa. Problematizo questões correlatas como as redes de parentesco (consanguíneas e rituais), as mestiçagens, as alforrias, enfim, as várias formas de mobilidade social, quer de homens livres, libertos e escravos. Para tanto, a documentação – constituída de variadas espécies: cartorárias, eclesiásticas e administrativas – será perscrutada sob a ótica das proposições da microhistória italiana que procura estabelecer nexos, fios e conexões entre indivíduos, situações, vicissitudes, experiências, entre o local e o global, o indivíduo e a sociedade, o social e a religiosidade, enriquecendo nossa compreensão do passado. Desta forma, será possível contribuir no âmbito historiográfico de vez que antigas interpretações poderão ser revistas, outras poderão surgir mediante o constante diálogo com novos conceitos e abordagens metodológicas.

Objetivo Geral:

Analisar a importância das famílias, consanguíneas ou rituais, e das mestiçagens na mobilidade social e formação de fortunas na antiga Comarca do Sul, Capitania/Província de Goiás, entre 1740-1850.

Objetivos Específicos:

- Identificar as redes de parentesco tecidas entre senhores e escravos
- Averiguar o reconhecimento de filhos ilegítimos e sua incorporação na família da “casa grande”
- Investigar a importância das alforrias no processo de mobilidade social entre escravos
- Identificar situações nas quais o indivíduo poderia ser movido “para baixo” na escala social
- Verificar a importância da acumulação de terras como mecanismo de mobilidade social e constituição de fortunas.

Bibliografia Principal:

BRÜGGER, Silvia M. J. *Minas patriarcal*. Família e sociedade. (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

FARIA, Sheila. *Sinhás pretas, damas mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1750-1850). 2005. Tese (Professor Titular em História do Brasil). Niterói. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FARIA, Sheila de C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F; GOUVEA, Maria de F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio: INL-MEC, 1980.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUEDES, Roberto. *De ex-escravo à elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX)*. In: FRAGOSO João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antonio C. J. (Orgs.) *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos, América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007;

HAMEISTER, Martha D. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

HESPANHA, Antônio M. *Imbecilias. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

HESPANHA, Antônio M. As cores e a instituição da ordem no mundo de Antigo Regime. In: FURTADO, Junia F. (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica – Europa, Américas, África*. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: Fapemig; PPGH-UFG, 2008.

KÜHN, Fábio. Os homens do governador: relações de parentesco e redes sociais no Continente do Rio Grande (1769-1780). In: LEVI, Giovanni; PÉREZ, Raimundo R. (Org.). *Familias, jerarquización y movilidad social*. Murcia: Universidade de Murcia/Servicio de Publicaciones, 2010, p. 385-398;

LEMKE, Maria. Trabalho, família e mobilidade social – notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770 – c. 1847. Tese (doutorado em História). Goiânia: UFG, 2012.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RUSSEL-WOOD, Antony J. Autoridades ambivalentes: o Estado do Brasil e a contribuição africana para a “boa ordem na República”. In: SILVA, Maria B. N. da. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SCHWARZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SOUZA, Laura e M. e. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOARES, Marcio de S. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c 1750 - c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

VAINFAS, Ronaldo: Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus na historiografia brasileira. *Tempo*. v. 4, n.8, 1999, pp. 7-22.

VENÂNCIO, Renato P; SOUSA, Maria J. F. de; PEREIRA, Maria T. G. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Rev. Bras. Hist.* 2006, vol.26, n.52, pp. 273-294.

7) CARTOGRAFIA DA ATUAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM CASOS CONTRA A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: INVENTÁRIO SEMÂNTICO E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Professora: Prof^a Dr^a Fernanda Busanello Ferreira

Resumo: A primazia dos direitos humanos no contexto brasileiro está expressa na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e rege o país em suas relações internacionais (artigo 4º, II). Foi, contudo, apenas após o período de redemocratização do Brasil, iniciado em 1985, que o Brasil passou a ratificar os tratados de direitos humanos, tendo promulgado a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) em novembro de 1992, aderindo assim ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Desde então, o país assinou, ratificou e promulgou vários outros instrumentos de proteção dos direitos humanos.

O período de redemocratização do país foi marcado também pela efervescência de movimentos sociais, os quais têm crescido em importância no cenário político-jurídico, a exemplo dos movimentos de junho/julho de 2013 e das atuais ocupações estudantis contra a reforma do ensino médio e a PEC 241 (convertida no Senado em PEC 55). De fato, pode-se afirmar que há uma relação intrínseca entre o processo de redemocratização política e os movimentos sociais, sobretudo àqueles ligados aos direitos humanos, os quais combateram o autoritarismo e as violações do período de ditadura militar.

Às vésperas de se completar 25 anos de atuação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em denúncias contra a República Federativa do Brasil, identificamos a existência de uma lacuna em pesquisas sobre a atuação da CIDH nos casos brasileiros, especialmente no que diz respeito à identificação das possíveis relações entre os movimentos sociais e as denúncias e queixas apresentadas ao órgão do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Inexiste um observatório do funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que esteja focado em perquirir sobre a existência ou não de uma relação entre os movimentos sociais e a proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil.

Ainda, a pesquisa deverá auxiliar no mapeamento das violações aos direitos humanos praticadas pela República Federativa do Brasil, podendo contribuir na identificação de campos essenciais para futuras políticas públicas, bem como para identificação de falhas

estruturais nas políticas públicas existentes. Outra possível contribuição está no campo da identificação das semânticas acolhidas e rejeitadas pela CIDH, capaz de nortear futuras litigâncias estratégicas dos movimentos sociais na Comissão.

Por fim, destaca-se que a essência da investigação (empírica) que se propõe é coletiva e interdisciplinar, o que está alinhado aos objetivos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar da UFG. São estas as justificativas para a pesquisa.

Definição Tema-Problema

O Brasil faz parte do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o qual é composto de dois órgãos competentes para conhecer das violações de direitos humanos pelos Estados-Partes, nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), quais sejam: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Art. 33 da Convenção). Conforme o Art. 44 do Pacto de São José da Costa Rica, qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida por um ou mais Estados membros da OEA, poderá apresentar petições contendo denúncia ou queixa de violação de direitos humanos por um Estado-Parte. O Brasil ratificou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 1992, promulgando-a por meio do Decreto nº 678/92, e reconheceu a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos por meio do Decreto Legislativo n. 89 de 1998. Apenas a Comissão ou um Estado-Parte são legitimados para encaminhar um caso para a Corte Interamericana de Direitos Humanos (de acordo com o artigo 61 do Pacto de São José).

A Comissão, portanto, é o órgão que recebe a pluralidade das denúncias e queixas contra um Estado supostamente violador de direitos humanos, mantendo contato com os indivíduos e a sociedade civil organizada. Nesse escopo, a pesquisa que se apresenta está centrada na observação da atuação da CIDH nos casos brasileiros, no âmbito da qual se formulou o seguinte problema de pesquisa: quais foram as violações de direitos humanos denunciadas e, dentre elas, quais semânticas foram rejeitadas ou acolhidas, e qual o papel desempenhado pelos movimentos sociais na CIDH?

Objetivo Geral:

Analisar a atuação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) nos casos que envolveram a República Federativa do Brasil com enfoque particular na identificação das violações denunciadas, dos argumentos mobilizados e dos movimentos sociais que intervieram junto à CIDH.

Objetivos Específicos:

Identificar, dentre os casos que envolveram o governo brasileiro, quem foram os peticionários (cidadão individual, advogado, movimento social etc.) de modo a realizar um mapeamento dos principais atores dos casos levados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) até o momento;

Inventariar as manifestações enviadas pelos movimentos sociais na CIDH a fim de observar o papel desempenhado e as derrotas e êxitos logrados;

Mapear as denúncias e violações aos direitos humanos que foram enviadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a fim de identificar as áreas/setores de maior vulnerabilidade e que demandam políticas públicas futuras;

Verificar qual foi o encaminhamento dado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) aos casos (admissibilidade, inadmissibilidade, solução amistosa, arquivamento, envio à Corte Interamericana de Direitos Humanos etc.);

Analisar as justificativas dos encaminhamentos dos casos apurados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), identificando quais foram os argumentos acolhidos e rejeitados e a contribuição dada pelos movimentos sociais.

Bibliografia Principal.

BARALDI, Claudio. Semántica. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio (Coords). GLU: Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Iberoamericana, 1996.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. “Brançosos” e Interconstitucionalidade: itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional. 2 Ed. Almedina, 2012.

CELLARD, André. A análise documental. In: Poupart, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2010.

CULLER, Jonathan. Teoria literária: uma introdução. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.

CUNHA, Alexandre dos Santos; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Pesquisa empírica em direito (Orgs.). Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

DERRIDA, Jaques. Posições. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. Pesquisa empírica em direito [livro eletrônico]: as regras de inferência. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11444>.

FERREIRA, Fernanda Busanello. O grito!: dramaturgia e função dos movimentos sociais de protesto. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm. The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research. New York: Aldine, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, maio-ago, 2011, p. 333-361.6

GOMES, Luis Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. O Brasil e o Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15290-15291-1-PB.pdf>

JÚNIOR, Alberto do Amaral. Os direitos humanos no plano internacional. In: Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, v. 7, 2001, 17-29.

LUHMANN, Niklas. Sistemas Sociais: lineamentos para una teoría general. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Iberoamericana, 1991.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e diálogo entre jurisdições. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC, n. 19, jan./jun., 2012.

Strauss, A, & Corbin, J. Pesquisa qualitativa: técnica e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada . 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos humanos e democracia no Brasil. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

8) A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: ARQUITETURA, DISCURSOS, REISTÊNCIAS E REFLEXOS NO DIREITO NACIONAL

Professores: Prof^a Dr^a Fernanda Busanello Ferreira, Prof. Dr. João Henrique Roriz

Resumo: A pesquisa investiga a formação do sistema internacional de proteção de direitos humanos, tanto em seus aspectos conceituais, como seus desenhos e práticas institucionais, bem como analisa os impactos gerados no plano interno brasileiro. Apesar da proteção dos direitos humanos ganhar significado e visibilidade a partir de casos e experiências locais, sua construção argumentativa e institucional ainda tem forte respaldo na esfera internacional, onde atuam não apenas normas e organismos internacionais, mas também redes de ativistas transnacionais e ONGs, cujas atuações refletem no âmbito do direito interno, de forma circular. Dois espaços imaginários distintos, o local e o global são atravessados por circulações de normas, pessoas,

discursos e instituições em constante interação. Com estudos de casos específicos de instituições e tribunais – como a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil e o envolvimento de ONGs internacionais com questões locais no Brasil, dentre outros – a pesquisa abarca iniciativas e interesses diversos que têm em comum preocupações, ansiedades e questões sobre a proteção internacional dos direitos humanos em suas intersecções com o plano doméstico.

Objetivos:

- (i) Mapear os principais desenhos institucionais e discursivos envolvidos no sistema de proteção internacional dos direitos humanos e suas conexões com os planos regional, nacional e local;
- (ii) Pensar sobre as condições, os pressupostos e as principais críticas ao sistema de proteção internacional dos direitos humanos;
- (iii) Analisar como conceitos, ideias e vocabulários de direitos humanos circulam, ganham significado e constituem práticas e instituições em temas específicos, como refúgio, direitos de minorias, questões penais, direitos das mulheres, entre outros;
- (iv) Investigar casos específicos de direitos humanos na jurisprudência de tribunais e decisões de organizações internacionais, em especial a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Bibliografia Principal:

- BERNARDI, B. B. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o caso da guerrilha do Araguaia: impactos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 22, p. 49-92, 2017.
- BRAGATTO, F. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. *Revista Novos Estudos Jurídicos*, v. 19, n. 1, p. 201-230, 2014.
- CARVALHO RAMOS, A. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2014
- RISSE, T.; ROPP, S. C.; SIKKINK, K. *The persistent power of human rights*. 3ª reimpr., Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

9) PÓS-GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO.

Professores: Prof. Dr. Ricardo Barbosa de Lima; Prof^a Dr^a Vilma de Fátima Machado

Resumo: Nos próximos quatro anos nosso grupo de pesquisa terá como *corpus* de análises empíricas os bancos de dados com as dissertações e teses da UFG que problematizam as diferentes temáticas da Educação em Direitos Humanos. O objetivo geral é mapear, classificar e analisar essa produção de alto nível realizada na UFG, UnB e UFPE. Como essa produção constrói a relação em teoria e empiria, qual seja, entre teoria social e educação em direitos humanos? Quais sujeitos, problemas, técnicas e métodos são mobilizados nesses estudos? Há diferenças entre as instituições, áreas e programas? Espera-se que essas perguntas deem razão à diferentes recortes de pesquisa (pré-projetos) de mestrado e doutorado.

O presente projeto se propõe a investigar a produção acadêmica da pós-graduação em direitos humanos e educação em direitos humanos na área de ciências sociais e humanas na Universidade Federal de Goiás (UFG), na Universidade Federal de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no período de 2008-2015, de modo a levantar subsídios para a elaboração do Plano de Implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos nas referidas instituições federais de ensino superior. Como objetivos específicos destacam-se: integrar os Programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFG, UFPE e UnB, sob forma de uma rede de pesquisadores comprometidos com a política de educação em direitos humanos do país; estabelecer parcerias institucionais para atividades acadêmicas de pesquisa, ensino e extensão em educação em direitos humanos; contribuir para a formação de professores da educação básica na área de educação em direitos humanos; colaborar com a implementação da política de educação em direitos humanos do país, tendo em vista seu aperfeiçoamento e expansão junto à esfera da educação superior. Esta pesquisa utiliza como referenciais os estudos de Santos (1994, 2006, 2010); Sousa Jr. (2000 e 2015); Herrera Flores (2008); Benedito (2002); Magendzo (2000 e 2006); Candau (2006, 2007 e 2012) e Carbonari (2007, 2008 e 2014) e Freire (1975, 1999, 2005). Esta investigação consistirá em duas etapas metodológicas: a primeira, será a aplicação de um questionário on-line para todos os coordenadores de curso de pós-graduação em ciências humanas e sociais da UFPE, UFG e UnB; a segunda, incluirá uma pesquisa documental (FLICK, 2009) na base de dados afins de cada universidade.

Objetivo Geral:

Investigar a produção acadêmica da pós-graduação em direitos humanos e educação em direitos humanos nas unidades acadêmicas selecionadas das ciências sociais e humanas da UFG, UFPE e UnB no período 2008-2012, de modo a levantar subsídios para a

elaboração de um Plano de Implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos nas referidas instituições federais de ensino superior, tendo em vista fortalecer as parcerias educacionais entre as três instituições.

Objetivos Específicos:

1. Levantar o contendo o perfil histórico – acadêmico dos programas de pós-graduação e e acerca da produção acadêmica em direitos humanos e educação em direitos humanos produzida pelos programas (pesquisa qualitativa com questionário on-line com os coordenadores de curso de pósgraduação em ciências humanas e sociais da UFPE, UFG e UnB);
2. Construir classificar uma base de dados em cada IFE, por meio de uma pesquisa documental (FLICK, 2009) repositórios disponíveis nas unidades acadêmicas, nas bibliotecas das universidades e no Banco de Teses da Capes;
3. Integrar os Programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFG, UFPE e UnB, sob forma de uma rede de pesquisadores comprometidos com a política de educação em direitos humanos do país;
4. Colaborar com a implementação da política de educação em direitos humanos do país, tendo em vista seu aperfeiçoamento e expansão junto à esfera da educação superior.

Bibliografia Principal:

1. CANDAU, Vera M. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA Rosa M.G.; DIAS, Adelaide A.; FERREIRA Lúcia de F. G.; FEITOSA, Maria Luiza P. de A. M.;
2. CARBONARI, Paulo. Por que educação em direitos humanos? Bases para a ação político pedagógica. In: RODINO. Ana M.; TOSI, Giuseppe; FERNANDEZ Mônica B.; ZENAIDE, M. de Nazaré (orgs.). Cultura e educação em direitos humanos na América Latina. João Pessoa: UFPB, 2014.
3. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa, 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.
4. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
5. ----- . Pedagogia do oprimido. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975
6. MAGENDZO, Abraham (editor). De miradas a mensajes de La educación em derechos humanos. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

7. ----- . Educación em derechos humanos: um desafio para los docentes de hoy. Santiago de Chile: Lom, 2006.
8. RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. Pesquisa social. Métodos e técnicas, 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999.
9. SANCHEZ RUBIO, David. Por una educación en derechos humanos desde una noción compleja e intercultural. Ponencias XXVII Jornadas Argentinas de Filosofía Jurídica e Social: multiculturalismo, interculturalidade y derecho. SODERO, Eduardo (org.). Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, Infojus, 2014.
10. ZENAIDE, Maria de Nazaré T. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007.

10) O DIREITO À DIFERENÇA NA (RE)PRODUÇÃO DO URBANO: A VIDA COTIDIANA DAS TRABALHADORAS

Professora: Prof^a Dr^a Carmem Lúcia Costa

Resumo: Este projeto procura compreender a construção do direito à diferença a partir de como xs trabalhadorxs percebem, vivem e concebem a diferença no mundo do trabalho e no espaço doméstico; de como elxs transitam entre o espaço produtivo e o reprodutivo, e como lidam com a condição de gênero historicamente construída e imposta a elxs. Entendemos, também, que precarização do mundo do trabalho alcança a vida cotidiana destxs trabalhadorxs, impedindo a realização de um projeto de emancipação plena. Por outro lado, a conquista do espaço produtivo promove uma revisão nas relações de poder historicamente construídas a partir do homem, o que nos mostra a potencialidade de outro projeto de urbano em construção, onde a heteronormatividade é colocada em questão e as diferenças explodem.

Objetivo Geral:

- Produzir os argumentos a favor do direito à diferença na reprodução do urbano.

Objetivos Específicos:

- Analisar a construção das estratégias globais e o papel do Estado de classe que consolidam estas transformações, inclusive a inserção das mulheres e de outras identidades de gênero no mercado de trabalho;
- Avaliar a reprodução do urbano a partir da programação destas estratégias e suas relações com os outros níveis e dimensões do urbano;

- Entender como as diferenças “explodem” no urbano;
- Investigar como o direito à diferença pode contribuir para o urbano em produção;
- Investigar as transformações no mundo urbano e do trabalho no século XXI, especificamente os processos de terceirização e de feminização;
- Entender a feminização como uma estratégia de precarização do mundo do trabalho no século XXI;
- Investigar a vida cotidiana dxs trabalhadorxs buscando elementos para a construção do direito à diferença;
- Analisar as transformações na representação do espaço e no espaço de representação das relações a partir das transformações no mundo do trabalho;

Bibliografia Principal:

- ALVES, G. Trabalho e subjetividade – o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____, G. A tragédia de Prometeu: a degradação da pessoa huma-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: 2016.
- BUTLER, J. A vida psíquica do poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- HARVEY, D. 17 contradições do capital e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HIRATA, H. Sgnini, L. (org). Organização, trabalho e gênero. São Paulo: Senac, 2007.
- IASI, M. L. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LEFEBVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- SAFFIOTI, H. Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. In: VENTURINI, G (org) A mulher brasileira no espaço público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: vol. 20 n. 2, jul/dez 1995.
- SILVA, J. M.; SILVA, A. C. P. da; Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

11) NARRATIVAS MUDIÁTICAS E REPRESENTAÇÃO DAS MINORIAS

Professor Prof. Dr. Goiamérica Felício C. dos Santos

Resumo: Estudo das formas de narrativas midiáticas contemporâneas e a representação das minorias sociais. O advento da sociedade cibercultural insere no cotidiano das sociedades intensivamente conectadas uma multiplicidade de dispositivos tecnológicos, na ordem dos impressos eletrônicos e digitais, provocando novas simbolizações, novas percepções, novos modos de sentir e de pensar. As transformações são de tal intensidade que chegam a obnubilar os tempos e o lugares do trabalho e do lazer. Nesse sentido, estamos diante a evidência de que a estrutura midiática hegemônica está comprometida com um ordenamento social que alimenta as representações sociais e atua expressivamente sobre os processos de construção de identidades e subjetividades. A sua quase onipresença nas sociedades possibilitou o surgimento de uma cultura ou “ethos” midiaticizado que se torna assujeitado, dominado, nas teias de uma nova esfera pública. Nessa perspectiva, a articulação dos discursos midiáticos com as forças hegemônicas possibilita a legitimação e a validação de sua visão de mundo particular, naturalizando-a, tornando-a imperceptível à medida que tenta promover a exclusão ou a condenar a uma invisibilidade os sentidos divergentes, o que leva à uma “interiorização muda da desigualdade” a que podemos compreender como uma violência simbólica. Nesse sentido, torna-se premente buscarmos aprofundamentos teórico-metodológicos que dêem conta da relação entre essa produção simbólica que nutre a esfera pública e a elaboração de estratégias discursivas que acabaram por se transformar em um dos principais recursos utilizados pelos grupos minoritários dominantes no processo de produção de identidades/subjetividades e na negociação dos espaços sociais e simbólicos.

Bibliografia Principal.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio: Jorge Zahar, 2003.

GUATTARI, Felix e Ronik, Suely. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CANCLINI, Nestór. *Cultura y comunicación: entre lo global y lo local*. La Plata: Facultad de Periodismo y Comunicación Social, 1997.

- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. RJ: DP&A, 1999.
- KELLNER, Douglas. A cultura da mídia. São Paulo: Edusc, 2001.
- CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SILVERMAN, Roger. Por que estudar a mídia? São Paulo: Loyola, 2011.
- WARNIER, Jean-Pierre. A mundialização da cultura. Bauru: EDUSC, 2000..
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora.
- THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo, Editora 34, 1999.
- LEMOS, André. Cibercultura Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 2014.

12) GÊNERO E SEXUALIDADE: PROBLEMATIZANDO OS DISCURSOS QUE CONSTITUEM A EDUCAÇÃO DO CORPO EM TEMPOS DE “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Professora: Prof^a Dr^a Aline da Silva Nicolino

Resumo: É possível observar no atual cenário político brasileiro um avanço de ideias reacionárias em diversas políticas públicas de combate às desigualdades sociais e aos direitos humanos, com implicações diretas na educação. Dentre os principais retrocessos estão às discussões de gênero e de sexualidade que constituem os documentos regulatórios da formação docente no Brasil. As bancadas religiosas, lideradas por grupos conservadores de igrejas evangélica e católica, se movimentam nos planos político e ideológico, para combater o que eles denominam de “ideologia de gênero”. O movimento para retirar termos, proibir a menção e as discussões sobre temas como gênero e sexualidade na escola, assim como criar legislação de criminalização da prática docente e retirar investimentos e direitos já conquistados, estão sistematizados em Projetos de Lei (PL) , que tramitam no Congresso Nacional. Sob o argumento de “deturpar” preceitos religiosos, criam artifícios para coibir e penalizar educadoras/es que adotam discursos de liberdade e de tolerância em suas práticas de ensino. Esse grupo entende que o corpo biológico, representado pela vagina e pelo pênis, determina o que é ser mulher e o que é ser homem. Para fundamentar essa ideia, trazem a ideia de família “tradicional”, constituída por uma mulher e um homem, como única forma de constituição moral possível e, portanto, política. Esses representantes consideram que a

discussão de gênero e sexualidade, sobretudo, nas escolas deturpa o conceito tradicional de família, ferindo “as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” (PL nº 867/2015).

Contrário a esse discurso, a produção teórica, fundamentada nos estudos feministas, de gênero e queer, vem denunciando as desigualdades mantidas em práticas pedagógicas diferenciadas para os gêneros, criando ideias sobre um feminino fraco e frágil, perante um masculino forte e resistente, acentuando formas de discriminação que exigem maior esforço e disciplina para “adequá-lo” aos parâmetros masculinos.

Essa produção teórica, fruto da militância e dos movimentos sociais, questiona, a legitimidade de uma educação corporal que se constituiu pela reiteração de como cada um/a deve se comportar, agir e pensar de forma heteronormativa. Questiona, ainda, os enunciados de intolerância e de ódio que circulam em redes sociais, em documentos que regulam a prática pedagógica, assim como nas escolas, os quais tencionam para extinguir a discussão de diversidade.

Partindo desse panorama, denominado como um “momento conservador”, por Vera Marques da Silva , este projeto se propõe a investigar os discursos de ódio que constituem a discussão de gênero e de sexualidade no enunciado “ideologia de gênero”, seus principais representantes de divulgação e seus efeitos, sobretudo, no campo da educação. Entende-se, nesse sentido, que esse discurso fere direitos conquistados e em vias de ampliação, especialmente das mulheres e da população LGBT , como apresenta Sandra Duarte de Souza (2014). Isto é, ao guiar-se em um moralismo sexual, apresenta-se como uma forma de violência de gênero político-religiosa por parte desses segmentos (SOUZA, 2014). O que significa dizer que há um movimento reacionário, sobretudo, político-religioso, que defende a extinção de direitos conquistados, pregando quem pode e quem não pode falar sobre gênero e sexualidade. Nessa lógica, as instituições família e religião têm permissão “legal” para falar sobre os temas, mas, a escola não (AMARAL; DONATO, 2016) . Há, portanto, uma tentativa de coibir, criminalizar, penalizar e, sobretudo, calar os discursos de liberdade e de tolerância praticados por educadoras e educadores em suas práticas pedagógicas, assim como em diferentes contextos.

Pensando nos avanços conquistados em reivindicações e lutas de movimentos sociais e acadêmicos (SARTI, 2004) , este projeto se propõe a investigar quais são os discursos, as estratégias e os mecanismos utilizados para fazer circular um discurso de ódio e de extermínio, assim como identificar as pessoas que assumem o poder de fala e quais são

os efeitos produzidos dessas disputas e dessas resistências na formação docente no Brasil.

Objetivos:

- Identificar, mapear e analisar os discursos de ódio produzidos na e pela “ideologia de gênero”, contra as discussões de gênero e de sexualidade, sobretudo, no contexto escolar.
- Identificar quem produz e faz circular esses discursos. Pesquisar e questionar o porquê.
- Levantar as estratégias e os mecanismos utilizados para fazer circular os discursos de ódio presentes no enunciado “ideologia de gênero” nos campos político e educacional, sobretudo, as ações desenvolvidas para criminalizar docentes e exterminar a discussão nos cursos de licenciatura no Brasil.
- Mapear e analisar os efeitos produzidos por esses discursos em diversas instituições e documentos (escolas, universidades, secretarias, assim como em documentos regulatórios voltados aos cursos de licenciatura, currículos, projetos de lei).

Bibliografia Principal.

AÇÃO EDUCATIVA. A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. Ação educativa Assessoria, Pesquisa e Informação. São Paulo/SP: Ação Educativa, 2016.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira Lopes (orga.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica e UFOP/MG, 2012. (Série Cadernos da Diversidade; 6).

PRECIADO, Beatriz. Manifesto contrassexual. Tradução de Maria Paula Ribeiro. São Paulo: n 1 edições, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 2, n. 20, p.71-99, Jul./Dez., 1995.

13) DESIGUALDADE: VIOLAÇÕES À DEMOCRACIA E AOS DIREITOS HUMANOS

Professora: Prof^a Dr^a Helena Esser dos Reis

Resumo: Segundo a Oxfam, se consideramos dados mundiais, 1% da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99% da população. Embora não seja igual, a situação do Brasil não é menos dramática: 5% dos brasileiros mais ricos detém a mesma riqueza que os 95% restantes. E, ainda pior do que estes dados é o fato de a desigualdade cresce a cada ano, no Brasil e no mundo. Tematizar a desigualdade (e seu oposto: a igualdade) torna-se urgente não apenas para compreender, mas, sobretudo, para constituir relações norteadas pela liberdade e pelo respeito à dignidade das pessoas em suas condições de cidadão e de ser humano. A desigualdade econômica é uma forma de desigualdade, mas não a única. A ela somam-se outras formas políticas, sociais e culturais que aprofundam ainda mais o fosso entre as pessoas e os estados. Estas diferentes formas serão investigadas a partir de três dimensões: a primeira diz respeito à pessoa singular e, neste sentido, interessa-nos discutir as noções de identidade e reconhecimento que importam na constituição da auto-compreensão de cada um; a segunda incide sobre os grupos humanos, de modo que tematizar a noção de cultura é fundamental para compreender a relação entre estes grupos; a terceira investiga a relação de desigualdade no âmbito interno ao Estado democrático problematizando suas vulnerabilidades. O presente projeto, embora fortemente marcado pela investigação filosófica, reconhece as limitações deste campo de saber e amplia sua perspectiva por meio do diálogo com outros saberes, buscando a construção de um conhecimento interdisciplinar sobre o tema. Tal perspectiva permite também a interação com diversos outros projetos em andamento no PPGIDH.

Objetivos:

. Investigar a figura do outro, do diferente. Discutir a relação entre “o eu e o outro” a partir das noções de identidade e reconhecimento; confrontar diferenças com desigualdades.

. Investigar a noção de cultura. Discutir a relação (ou não) da cultura com o Estado; confrontar com o multi e o interculturalismo; investigar sobre decolonialidade.

. Investigar a desigualdade econômica e sua manifestação social e política. Discutir a relação entre inclusão econômica e social e participação política; entre condições de igualdade e de liberdade no âmbito do estado.

Bibliografia Principal:

BIELEFELDT, Heiner. Filosofia dos direitos humanos. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

CASAS, Bartolomé de las. Los índios de Mexico y Nueva España. México: Porrúa, 2014

CERUTTI-GULDBERG, Horácio. Pensando após 200 anos. Ensaio em torno do bicentenário das independências da América Latina. Goiânia: PUC-GO, 2012.

DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos : uma história. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

RIVERA, José Antonio Aguillar. Cartas mexicanas de Alexis de Tocqueville. México: Cal y Arena, 1999.

ROSAS, João Cardoso. Dignidade, direitos e democracia. In: COSTA, Marta Nunes (org.) Democracia, direitos humanos e justiça Global. Famalicão: Húmus, 2013

SOUZA SANTOS, Boaventura de. “Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. *Lua Nova*. n. 39, 1997. p. 105-124.

TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. São Paulo: Loyola, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis. Écrits Politiques et Académiques. _____. Oeuvres. T I. Paris : Gallimard, 1991.

TOCQUEVILLE, Alexis. De la démocratie en Amérique. _____. Oeuvres. T II. Paris : Gallimard, 1992.

TODOROV, Tzevan. La conquista de la América. México: Siglo XXI, 2010.

14) CIDADANIA E PERTENCIMENTO.

Professor: Prof. Dr. Heitor Pagliaro

Resumo: Esta pesquisa tem como tema os fundamentos filosóficos dos direitos humanos e como objeto os diversos sentidos da *cidadania*, situando-se na agenda de pesquisa internacional *citizenship studies*. Como os direitos humanos são um fenômeno plurivalente, por ter ao mesmo tempo aspectos técnico-jurídicos, políticos, morais, filosóficos e históricos, convém, por questões metodológicas, que seu estudo seja interdisciplinar. Em primeiro lugar, considera-se que a cidadania é um elemento central dos direitos humanos, sendo o exercício daquela uma condição de possibilidade de realização destes. Em segundo lugar, entende-se que a cidadania é simultaneamente uma sujeição consciente aos ditames dos direitos humanos e uma participação na construção dos mesmos. Em terceiro lugar, pondera-se que, assim como os direitos humanos, a cidadania também é uma ideia que engloba diversos aspectos: o jurídico, como pertencimento a uma ordem normativa; o político, como integração a um corpo político; o cultural, como identificação com uma nação; o cívico, como exercício de uma condição civil. Tendo em vista essas considerações, o objetivo principal desta pesquisa é analisar teoricamente esses quatro aspectos da cidadania, seus significados e também seus problemas, buscando mostrar as suas possíveis relações. O estudo sobre os modelos jurídicos e filosóficos da cidadania se baseará nas recentes contribuições teóricas de Patricia Mindus. Todavia, outros autores serão fundamentais, dentre eles: Costas Douzinas, sobre a plurivalência dos direitos humanos; Rousseau, no que diz respeito ao paradigma moderno de *homem e cidadão*; e Hannah Arendt, como seu contraponto contemporâneo.

Objetivos:

O objetivo geral desta pesquisa é estudar os fundamentos filosóficos dos direitos humanos, debruçando-se sobre a ideia da *cidadania*. Os objetivos específicos desta pesquisa são: analisar criticamente quatro aspectos da cidadania (jurídico, político, cultural e cívico); investigar os problemas de cada um deles e também suas relações; compreender criticamente os modelos filosóficos e jurídicos de *cidadania* que são construídos a partir desses aspectos.

Bibliografia Principal:

ARENDDT, Hannah. **The Origins of Totalitarianism**. Nova Iorque: Meridian Books, 1962.

AHMAD, Muneer. The Citizenship of Others. **Fordham Law Review**, Yale Law School, 2014. Disponível em: <<http://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol82/iss5/2>>. Acesso em: 04/11/2018.

- DOUZINAS, Costas. **The End of Human Rights. Critical legal thought at the turn of the century.** Oxford: Hart, 2000.
- HOFFMAN, John. **Citizenship Beyond the State.** Londres: SAGE Publications, 2004.
- KYMLICKA, Will. **Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights.** Oxford: Oxford University Press, 1995.
- LEFEBVRE, Edwige Liliane. Republicanism and Universalism: factors of inclusion or exclusion in the French concept of citizenship. **Citizenship studies**, 7, 1, 2003.
- MARCHETTI, Maria Cristina. Citizenship beyond the nation-State. New perspectives in the citizenship debate. **European Journal of Research on Education**, 2014 (edição especial), p. 122-128. DOI: 10.15527/ejre.201426567.
- MINDUS, Patricia. **Cittadini e no. Forme e funzioni dell'inclusione e dell'esclusione.** Florença: Firenze University Press, 2014.
- MINDUS, Patricia; GOLDONI, Marco. Between Democracy and Nationality: citizenship policies in the Lisbon ruling. **European Public Law**, 18, 2012.
- MINDUS, Patricia. Cittadinanza, Identità e il Sovrano Potere di Escludere. **Ragion Pratica**, n. 2, dez/2012. Torino: Il Mulino, 2012.
- RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation? **Bulletin de l'Association Scientifique de France**, 26 março 1882.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens.** Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social.** Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- STRAUSS, Leo. The Three Waves of Modernity. **Political Philosophy: six essays.** Nova Iorque: Pegasus-Bobbs-Merrill Company, 1975.
- TURNER, Bryan. Citizenship Studies: a general theory. **Citizenship Studies**, vol. 11, 2007, p. 5-18.

**15) A CULPABILIZAÇÃO DAS MULHERES NAS NARRATIVAS
SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS BOLETINS DE
OCORRÊNCIA E NOS JORNAIS DIÁRIOS DE GOIÂNIA**

Professora: Prof^a Dr^a Angelita Pereira de Lima

Resumo: A presente pesquisa tem como tema os casos de violência de gênero contra as mulheres publicados nos jornais diários de Goiânia e as narrativas que culpabilizam as mesmas. A proposta é realizar um estudo comparativo entre as narrativas nos jornais e nos boletins de ocorrência policial. Um dos objetivos é verificar se as narrativas das fontes de informações (boletins de ocorrência) influenciam a abordagem e o foco das notícias/reportagens. Outro objetivo é observar, por meio de entrevistas, como se estabelecem as relações entre os profissionais de jornalismo e os agentes de segurança na produção do material jornalístico para identificar aspectos relacionados à culpabilização das mulheres em situação de violência quando são objetos da notícia. Serão utilizados como procedimentos metodológicos a coleta de notícias e reportagens sobre violência contra a mulher, veiculadas nos jornais diários de Goiânia nos anos 2016 e 2017, para realizar análise de conteúdo e comparar as narrativas registradas na Secretaria de Segurança Pública de Goiás. A pesquisa será realizada em duas etapas. Na primeira, a coleta de dados nos jornais diários e análise de conteúdo das notícias. Numa segunda etapa, serão entrevistados jornalistas e profissionais da segurança pública que sejam responsáveis pela redação ou divulgação de boletins de ocorrência para explorar a rotina do trabalho que resulta no produto final da reportagem bem como as visões de mundo de jornalistas e profissionais da segurança sobre o tema pesquisado. A pesquisa parte da hipótese de que o padrão narrativo que culpabiliza as mulheres ou que reproduz a discriminação de gênero permanece hegemônico em ambas as narrativas sendo que uma interfere na outra.

Bibliografia Principal:

- ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. A condição humana. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BARSTED, Leila de A. Linhares. Uma vida sem violência é um direito nosso – Propostas de ação a Violência Intrafamiliar no Brasil. Brasília: Comitê Interagencial de Gênero / Comitê Interagencial de Comunicação – ONU / Secretaria Nacional dos Direitos Humanos – Ministério da Justiça, 1998.
- BLAY, E.A. Violência contra a mulher e políticas públicas. Estudos Avançados, São Paulo, v.17, n. 49, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Perspectivas Antropológicas da mulher. N° 4, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GREGORI, Maria Filomena. “Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos”. In DEBERT, Guita G.; GREGORI, Maria Filomena; e PISCITELLI, Adriana (orgs.). Gênero e Distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher na construção das diferenças. Coleção Encontros. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006, p. 57-87.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. In: Revista Estudos Feministas, N° 5, número especial, publicação semestral, .473 a 483. CIEC, Rio de Janeiro: 1994.

LIMA, Angelita Pereira de. A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia. UFG: 2001, dissertação de mestrado.

LOPES, Adriana Carvalho. Violência contra mulheres mídia impressa. In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

MONTORO, Tânia. Notícias de violência. In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

MOREIRA, Mellany Nascimento. A violência intrafamiliar e o poder judiciário – velhas questões e novos desafios. Caderno Espaço Feminino, V. 18, N. 2 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuição feminista para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, São Paulo, (16), p.115-136. 2001.

SAFFIOTTI, H.I.B. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. Gênero e Cidadania, Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero. Campinas: Unicamp, 2002. p.59-69.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, V. 20, n° 2, Porto Alegre, Jul/dez.1995.

SOARES, Barbara Musumeci. Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1999.

TAVARES, Márcia Santana; GOMES, Marcia Queiroz de Carvalho; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O Acesso à Justiça no Brasil das Mulheres em situação de violência. Grupo de Trabalho: Violência e Sociedade. XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR).

ZIMMERMANN, Tânia Regina. Generificação da violência nos meios de comunicação do oeste do Paraná (1960-1990). Dossiê: Gênero e Violência. Caderno Espaço Feminino, V. 22, N. 2. 2009.

16) INOVAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS EM ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS

Professores: Prof^a Dr^a Michele Cunha Franco, Prof. Dr. Ricardo Barbosa de Lima, Prof^a Dr^a Vilma de Fátima Machado

Resumo: Nos próximos quatro anos nosso grupo de pesquisa terá como *corpus* de análises empíricas um estudo comparativo entre IES (Instituições de Ensino Superior) nacionais e internacionais com foco da gestão dos serviços de segurança e direitos humanos oferecidos por essas instituições e para suas comunidades. O objetivo geral é mapear, classificar e analisar a estrutura organização institucional, os tipos de sistemas de monitoramento e registro de ocorrências e a articulação dessas estruturas com o sistema de segurança e a comunidade local (Polícias, Justiça, Comunidade), em chave comparativas, das IES nacionais e internacionais.

Como as IES vêm trabalhando o surgimento de novas demandas ligadas a segurança da comunidade e a função social da universidade enquanto local de acolhimento e inclusão? Seus desenhos institucionais e suas ações práticas na área da segurança repetem o *modus operandi* da segurança pública brasileira – que separam Segurança Pública e Direitos Humanos – ou buscam articular e combinar políticas de segurança com políticas de direitos humanos e respeito a garantias individuais tal como postuladas no PNE (2014-2024) ou nas Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2014)? Espera-se que essas perguntas deem razão à diferentes recortes de pesquisa (pré-projetos) de mestrado e doutorado.

O presente projeto se propõe a investigar, com foco nos processos atuais de inovação social e organizacional (seus processos, produtos e tecnologias) dos espaços universitários em relação ao desafio de prover segurança e garantir respeito aos direitos humanos. O projeto abará três objetivos específicos que buscam materializar as condições de implementação e monitoramento das políticas de segurança e direitos humanos nas IES brasileiras visando o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional (ver PNE 2014 – 2024 e DNEDH 2012): 1) Avaliar e comparar o desenvolvimento e aperfeiçoamento das soluções de inovação tecnológica para melhoria

dos sistemas de monitoramento, registro e atendimento das ocorrências de violação de direitos nas diferentes IES nacionais.; 2) Avaliar e comparar o desenvolvimento e aperfeiçoamento os instrumentos e mecanismos de integração e articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de segurança e direitos humanos; 3) Avaliar e comparar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos inovadores de pesquisa, informação e gestão, bem como processos inovadores de formação e qualificação dos agentes públicos responsáveis pela gestão do sistema de segurança e direitos humanos nas universidades brasileiras.

Objetivo:

O objetivo geral é mapear, classificar e analisar a estrutura organização institucional, os tipos de sistemas de monitoramento e registro de ocorrências e a articulação dessas estruturas com o sistema de segurança e a comunidade local (Polícias, Justiça, Comunidade), em clave comparativas, das IES nacionais e internacionais.

Bibliografia Principal:

1. ADORNO, Sérgio. “Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea”. In: MICELLI, Sérgio. (org). O que ler nas ciências sociais brasileiras. 1970-2002. V. IV, 2002.
2. CANDAU, Vera M. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA Rosa M.G.; DIAS, Adelaide A.; FERREIRA Lúcia de F. G.; FEITOSA, Maria Luiza P. de A. M.;
3. BARREIRA. C & BRASIL, M.G.M. Academias de polícia e Universidade: parcerias e resistências. In: As Universidades e a Construção de Novos Modelos de Polícia. Porto Alegre: IFGH/UFRGS/PNSP/SJS-RS, 2001.
4. CUBAS, Viviane Oliveira; ALVES, Renato; CARVALHO, Denise; NATAL, Ariadne; BRANCO, Frederico Castelo. Segurança no campus: um breve levantamento sobre as políticas de segurança na USP e em universidades estrangeiras. In: Ver. Bras. Segurança Pública. São Paulo, v. 7, n. 1, 182/198 Fev/Mar 2013.
5. DORNELLES, João Ricardo W. Conflitos e Segurança: entre pombos e falcões. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.
6. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
7. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v 9, n 1, maio, 1997.

8. RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. Pesquisa social. Métodos e técnicas, 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999.
9. UFG - NECRIVI. Violência, conflitos e crimes nos Câmpus Universitários: subsídios para a política de segurança na UFG: Relatório de pesquisa do núcleo de Estudos sobre Violência e Criminalidade. 2015. Disponível em: <https://www.ufg.br/up/1/o/Relat%C3%B3rio_Sint%C3%A9tico_NECRIVI__revisado.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.
10. SANCHEZ RUBIO, David. Por una educación en derechos humanos desde una noción compleja e intercultural. Ponencias XXVII Jornadas Argentinas de Filosofía Jurídica e Social: multiculturalismo, interculturalidade y derecho. SODERO, Eduardo (org.). Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, Infojus, 2014.

17) CONFLITOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS NO

PARLAMENTO BRASILEIRO (2015-2022): poder, discursos e práticas dos direitos humanos em tempos de ruptura institucional e ataques aos fundamentos da democracia representativa liberal.

Professores: Prof^a Dr^a Angelita Lima, Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto, Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva, Profa. Dra. Michele Cunha Franco, Prof. Dr. Ricardo Barbosa de Lima, Profa. Dra. Vilma de Fátima Machado

Resumo: Nos próximos quatro anos nosso grupo de pesquisa terá como *corpus* de análises empíricas o Parlamento Brasileiro: grupos de interesse, partidos, bancadas, comissões, projetos de lei, medidas provisórias, iniciativas populares. O objetivo geral é monitorar, mapear, classificar e analisar as disputas entorno das propostas de efetivação (implementação, ampliação ou redução) da agenda direitos (civis, políticos, econômicos, sociais, ambientais e sexuais) promulgados em 1988, em especial, destacando os efeitos do processo de impedimento presidencial ocorrido em 2015.

Como o parlamento brasileiro expressou e/ou expressará as disputas por ampliação ou redução de direitos depois do processo de ruptura institucional materializado pelo impeachment? Como as lutas e pautas por efetivação de direitos foram afetadas? Qual iniciativas (da sociedade civil, dos governos, das bancadas, dos partidos, das comissões) de redução ou ampliação de direitos mobilizaram a atual e mobilizarão a próxima legislatura do parlamento brasileiro?

Espera-se que essas perguntas deem razão à diferentes recortes de pesquisa (pré-projetos) de mestrado e doutorado.

Essa pesquisa, tendo para o próximos quatros anos o Parlamento brasileiro como campo de trabalho, se desenvolverá a partir de três grandes eixos temáticos, qual sejam: 1) a caracterização dos fundamentos teóricos dos direitos humanos, de sua elaboração conceitual, da crítica fundamental do imaginário público e da tradição intelectual da qual descendemos de seu contexto, de seus pressupostos e consequências práticas e teóricas, de sua crítica e da identificação dos fenômenos que ensejam ou inibem as aspirações por reconhecimento, sua reflexão pública e a correspondente ação política conflituosa; 2) a identificação, descrição e problematização das formas de conflitos emancipatórios, estruturais e intersubjetivos, políticos e culturais, em seus vários aspectos; 3) as formas e meios de enfrentamento pedagógicos em torno de uma pedagogia e clínica políticas. Para tanto, parte do pressuposto de que os discursos e práticas dos direitos humanos estabelecem-se conflituosamente como uma estratégia discursiva que busca, a partir da tradição moderna do pensamento político, critica-la e transforma-la internamente, fazendo-a cumprir seus ideais democráticos, ampliando-os para compreender as consequências não previstas e não assumidas de seus ideais primeiros (como a igualdade entre gêneros, a não redução epistêmica dos vários sujeitos, a pluralidade econômica, a pluralidade informativa, a diversidade sexual etc). Espera-se a elaboração de pré-projetos com problemas da seguinte ordem: quais as condições e causas epistêmicas, culturais e institucionais que geram os conflitos emancipatórios, políticos e culturais? Quais os limites institucionais, quais fatores inibitórios e como se manifestam em oposição à cidadania ampliada? Quais fatores culturais fomentam ou inibem aspirações emancipatórias? Como se manifesta a violência, contingente e estrutural, resultado da resistência a processos emancipatórios? Quais elementos de esclarecimento conceitual e como podem ser trabalhados num projeto de clínica política que podem colaborar ativamente numa mudança de cultura crítica e emancipatória, a partir dos ideais já estabelecidos em nossa cultura política? Nos seus desdobramentos e linhas de investigação, os procedimentos metodológicos se darão desde a pesquisa teórica-fundamental até a análise empírica e trabalho de campo, a se especificar nos projetos vinculados.

Objetivo Geral:

Tendo como campo de pesquisa e corpus de análise o Parlamento Brasileiro, nosso objetivo geral é monitorar, mapear, classificar e analisar as disputas entorno das

propostas de efetivação (implementação, ampliação ou redução) da agenda direitos (civis, políticos, econômicos, sociais, ambientais e sexuais) promulgados em 1988, em especial, destacando os efeitos do processo de impedimento presidencial ocorrido em 2015.

Objetivos Específicos

1. Propostas de Lei em Segurança Pública e Direitos Humanos.
2. Propostas de Lei sobre Mídia e Direitos Humanos. Políticas públicas para a comunicação e a cidadania. A interface entre comunicação e Direitos Humanos. Mídia, violência e imaginário social. Representações simbólicas das minorias sociais na mídia.
3. Propostas de Lei sobre fundadas em questões de gênero e violências a grupos LGBTQTT. Violências perpetradas contra mulheres e/ou pessoas não heterossexuais em suas mais diversas manifestações (física, simbólica, sexual, psicológica, patrimonial) , quer sejam praticadas por meio de veículos de comunicação, redes sociais, instituições, Estado ou decorrentes de relações intersubjetivas ; Políticas Públicas voltadas à proteção desses grupos vulneráveis às violências.
4. Propostas de Lei em relação questão agrária e ambiental. Relação entre direitos humanos, terra e ambiente.
5. Propostas de Lei cuja a fundamentação teórica permita discussões sobre Justiça e Direitos Humanos – Identificação e crítica de formas culturais e éticas que determinam os processos cognitivos individuais e sociais; fundamentos institucionais e subjetividade moderna; processos educacionais e constituição do conhecimento individual como forma política.

Bibliografia Principal:

1. ADORNO, Sérgio. “Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea”.In: MICELLI, Sérgio. (org). O que ler nas ciências sociais brasileiras. 1970-2002. V. IV, 2002.
2. AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life . Standford : Standford California Press, 1998
3. CHAÚÍ, Marilena. Simulacro e poder: uma análise da mídia. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.
4. DAHL, R. A. 1997. Poliarquia. São Paulo: Edusp. DINIZ, E. 2000. Globalização, reformas econômicas e elites empresariais – Brasil Anos 90. Rio de Janeiro : FGV, pp. 11-57.

5. EDGARDO LANDER (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. 50-62 pp. Disponível em: WWW: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>
6. ESCOBAR, A. La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo. Santafé de Bogotá: Norma, 1996.
7. FOUCAULT, Michel. As verdades e as formas jurídicas. Rio de Janeiro : Nau Editora, 2003
8. GONZALES, Lélia: “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, pp. 223-244
9. HARDT, M. e NEGRI, A. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
10. LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Rev. Estud. Fem. [online]. 2014, vol.22, n.3 [cited 2017-01-16], pp.935-952.
11. WAINBERG, Jacques. Mídia e terror: comunicação e violência política. São Paulo: Paulus, 2005.

18) MEMÓRIAS, IDENTIDADES E CULTURA MATERIAL.

Professoras: Prof^a Dr^a Rosani Moreira Leitão, Prof^a Dr^a Maurides de Macedo Filha

Resumos: Trata-se de dois projetos integrados de pesquisa e extensão:

Rio Araguaia: lugar de memórias e identidades

Resumo: A partir do olhar da arqueologia e da antropologia, o projeto tem como foco de análise o rio Araguaia e o território definido por ele, como lugares de memórias e de construção da identidade do povo Karajá, que habita suas ilhas e margens. Este rio, não apenas desenha o território Karajá em quatro estados da região central do Brasil (Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará), mas é também um elemento fundamental para a organização do modo de vida Karajá, sua sobrevivência e suas construções simbólicas.

Objetivos: 1) O projeto recorre aos vestígios materiais salvaguardados pelo Museu Antropológico e a partir daí busca identificar os lugares mais significativos para a cosmologia e para a memória Karajá, tais como, lugares de caça e pesca, assentamentos antigos, lugares sagrados, sítios arqueológicos etc. 2) Por meio de uma proposta de Arqueologia Etnográfica e colaborativas o projeto pretende integrar, especialista/pesquisadores Karajá, para desenvolver ações de registros e divulgação das

narrativas sugeridas por essas pessoas, coisas e lugares, o que pretende também fortalecer os direitos do povo Karajá sobre o seu território constantemente ameaçado por fazendeiros, mineradoras e empresários que exploram o turismo na região.

Bonecas de cerâmica Karajá como patrimônio cultural do Brasil: contribuições para a sua salvaguarda

Resumo: Trata-se de projeto de pesquisa/extensão que pretende desenvolver ações de salvaguarda voltadas para as bonecas de cerâmica Karajá, reconhecidas como patrimônio cultural do Brasil, em janeiro de 2012, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Objetivos:

- 1) Pensar o conceito de patrimônio cultural a partir da perspectiva do povo Karajá estabelecendo um diálogo entre essa perspectiva e o conceito como é compreendido e utilizado nas políticas públicas em processos patrimonialização de bens culturais;
- 2) Como projeto de extensão, o projeto tem como objetivo promover o fortalecimento do patrimônio cultural imaterial do povo Karajá, por meio da execução de quatro metas, conforme segue: 1) Divulgação do projeto e da patrimonialização do bem cultural registrado, junto às aldeias Karajá e populações locais não indígenas da região; 2) Formação de jovens e lideranças Karajá em elaboração e gestão de projetos culturais e em produção audiovisual para a elaboração de documentários etnográficos; 3) Realização de oficinas voltadas para a troca e transmissão de saberes por meio do intercâmbio entre as aldeias e seus artesãos e sábios tradicionais; 4) fortalecimento da língua *inyrubè*, por meio da publicação de material didático bilíngue, em parceria com estudantes e professores e suas escolas.

Bibliografia Principal.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Por que valorizar patrimônios culturais indígenas? Revista Cienc. Cult. vol.60 no.4 São Paulo Oct. 2008.

CHIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano. Sur, Rev. int. direitos humanos. vol.3 no.5 São Paulo Dec. 2006.